



COMITÊ DO FUNDO DE TRANSIÇÃO - PROGRAMA ARPA

Ata da 2ª Reunião Ordinária 2024 do Comitê do Fundo de Transição

Data: 13 de agosto de 2024	Local: Reunião híbrida realizada presencialmente no Hotel Quinta das Pedras em Belém do Pará
Horário: 09:00 às 16:00 horas	
Participantes com direito a voto: Representantes dos Membros Doadores Institucionais: 4 participantes; Representantes dos Membros Doadores Corporativos: 1 participante; Representante do Membro Doador Indivíduo: 1 participante; Representantes dos Membros do Governo Brasileiro: 2 participantes.	
Lista de Participantes: José Alentejano (Presidente do CFT); Meg Symington (WWF-US); Avecita Chicchon (Moore); Carola Griebenow Arneth (KfW); Ivan Simões (Anglo American); Gabriela Weber (Natura Co); Rita Mesquita (SBio); Paulo Carneiro (ICMBio); Julia Zapata (DAP/MMA); Ângela Garda (ICMBio); Rosa Lemos (Secretária Geral/FUNBIO); Manoel Serrão (Superintendente de Programas/ FUNBIO); Aylton Coelho (Superintendente de Finanças/FUNBIO); Fernanda Marques (Assessora de Projetos/FUNBIO); Clarissa Pimenta (Gerente de Portfólio/FUNBIO); Fábio Ribeiro (Gerente de Projetos/FUNBIO); Fernanda Estrella (Assistente de Projetos/FUNBIO); Maiara Souza (Assistente de Projetos/FUNBIO).	

Sumário

I.	Apresentações, agenda do dia e revisão dos encaminhamentos da última reunião.....	2
II.	Execução ARPA e Performance FT.....	4
III.	Grupo de Trabalho ARPA Comunidades – Experiências Natura & Co	5
IV.	Grupo de Trabalho ARPA Comunidades – Reporte de Avanços.....	6
V.	Grupo de Trabalho de Sustentabilidade Financeira.....	7
VI.	Proposta do BID de Adoção de Novas UCs nos Eixos do PAC Infraestrutura de Transição	8
VII.	Proposta Fundo Amazônia – Atualização de Status.....	9
VIII.	Inclusão de Novas UCs no Programa	10
IX.	GT ARPA Comunicação ARPA - Reporte de Avanços.....	11
X.	Informe sobre o PE Cristalino II.....	12

XI.	Assuntos Gerais	13
XII.	Deliberações.....	13
XIII.	Encaminhamentos	14
XIV.	ASSINATURAS.....	14

I. Apresentações, agenda do dia e revisão dos encaminhamentos da última reunião

José Alentejano, presidente do CFT, abriu a reunião com boas-vindas aos participantes. Em seguida, Fábio Ribeiro, do FUNBIO, apresentou a agenda do dia e revisou os encaminhamentos e deliberações de reuniões anteriores.

Sobre a **aquisição do imóvel para a RESEX Verde para Sempre**, discutida em reunião extraordinária do CFT no mês de julho, o comitê foi atualizado de que o FUNBIO vem trabalhando na orientação do processo de concorrência junto à UC. Ivan Simões (Anglo American), colocou à disposição o time do setor fundiário da Anglo em caso de necessidade de uma revisão final do processo.

Quanto aos resultados da **avaliação dos Marcos Referenciais e do Plano de Consolidação do Programa ARPA**, proposta pelo MMA, Julia Zapata (UCP/MMA) informou que a greve no ICMBio e MMA, somado a saída de um membro da equipe da UCP impactaram o progresso da avaliação. No entanto, reforçou a prioridade de conclusão do trabalho para apresentação ao CFT.

Fábio Ribeiro informou que não houve avanço na agenda de **emergências ambientais**, proposta para o FUNBIO/MMA/WWF, pois o grupo ainda não havia se reunido. Julia Zapata mencionou que foi realizada uma conversa com Mariana Ferreira (WWF-Brasil), mas que não conseguiram sistematizar uma proposta. Júlia pontua que a discussão deveria ser realizada após a avaliação de disponibilidade de recursos, já que o CFT estaria trabalhando na análise para adesão de novas UCs ao Programa. Também falou na necessidade de se discutir, dentro da temática de emergências ambientais, o que deve ser tratado como emergência e o que pode ser apoiado como rotina pelo Programa.

Paulo Carneiro (ICMBio) alertou para a urgência de avançar com a agenda de apoio às emergências ambientais, destacando que houve várias mudanças na legislação recentemente. Rosa Lemos (FUNBIO) enfatizou a necessidade de incluir protocolos de emergência no programa e discutir recursos, mencionando um novo projeto voltado para emergências ambientais no âmbito do GEF. Vecita Chicchon (Moore) contribuiu sugerindo que o foco também deve ser em projetos de restauração.

Rita Mesquita ponderou sobre a necessidade de definir a abordagem do programa, questionando se haverá um plano com reserva de recursos para a gestão dessas atividades ou se

será apenas um apoio extraordinário, sem orçamento e plano estruturado, o que exigiria uma avaliação em relação à elegibilidade das atividades dentro do escopo do Programa ARPA. Paulo Carneiro sugere medidas rápidas e simples, como incluir atividades de apoio às emergências ambientais no escopo do Plano de Manejo e aumentar a flexibilidade nas modalidades de contratação, permitindo uma gestão mais eficaz dos problemas. Ele destaca que o Programa ARPA deveria assumir um papel de protagonismo na agenda de emergências ambientais.

José Alentejano propôs a criação de um Grupo de Trabalho sobre Mudanças Climáticas, composto por representantes do MMA, FUNBIO, ICMBio e WWF. Julia Zapata sugeriu envolver os estados no Fórum Técnico para identificar necessidades e definir métodos de trabalho. Rita Mesquita também propôs a designação de um facilitador para o GT, atribuindo ao FUNBIO a responsabilidade de relatar e gerir os prazos.

Encaminhamento 1: O Grupo de Trabalho sobre Mudanças Climáticas, liderado pelo MMA/UCP e composto por representantes do ICMBio, WWF e FUNBIO, terá o FUNBIO como facilitador, responsável por apoiar a implementação do cronograma definido pelo GT.

Fábio Ribeiro apresentou uma nova proposta de redação para o encaminhamento sobre a reinstalação do Painel Científico de Aconselhamento (PCA). Rita Mesquita inicia uma discussão sobre o texto, abordando a reinstalação do PCA e a responsabilidade do painel na deliberação sobre a inclusão de novas Unidades de Conservação (UCs) no Programa ARPA. Júlia Zapata esclarece que a definição dos critérios para a escolha das UCs cabe ao PCA. Rita Mesquita solicita que a redação do encaminhamento seja revisada e dividida, para que o papel do painel científico na definição dos critérios, assim como o papel do Gestor do Fundo e da UCP, fique claramente definidos.

Encaminhamento 2: Funbio revisará a redação do encaminhamento da reunião de 20/03/2024 sobre a restauração do Painel Científico de Aconselhamento (PCA) e enviará para avaliação da UCP.

Sobre o encaminhamento relacionado à *elaboração de um BI para a UCP*, Paulo Carneiro informa que a inclusão dos dados financeiros dos estados no BI do ICMBio está em fase de desenvolvimento de TI e que não foi necessário contratar um especialista pelo PO da UCP. Aylton Coelho (FUNBIO) esclarece que a equipe de TI do FUNBIO está trabalhando no pareamento dos ambientes de trabalho para a transferência de informações e que a atividade está avançando no tempo esperado, apesar de a equipe envolvida também estar desempenhando outras funções. Júlia Zapata comunica que o MMA/UCP gostaria de participar mais da atividade e oferece o apoio do MMA.

Por fim, Paulo Carneiro trouxe um retorno sobre algumas denúncias de mau uso de recursos por gestores de UCs ARPA no ICMBio. Informou sobre três denúncias atualmente na corregedoria, que estão enfrentando dificuldades de resolução devido à natureza não governamental dos recursos. Destacou que o caráter de sigilo das denúncias impede o acesso direto do ICMBio às informações, mas houve uma colaboração com o FUNBIO para compartilhar dados com o ICMBio.

Para um dos casos, a corregedoria concluiu que não tinha nada para avaliar e passou isso para uma tomada de contas especiais no ICMBio.

Sobre as advertências emitidas pelo FUNBIO para gestores que utilizam incorretamente os cartões, Paulo reportou um total de 25 advertências emitidas. Para estes casos, Paulo Carneiro e Júlia Zapata destacaram que as principais irregularidades que resultaram em advertências envolvem questões relacionadas à elegibilidade dos itens no programa ou à modalidade de contratação escolhida, e são encerradas com a devolução dos recursos ao Fundo de Transição. Devido a reincidências, o FUNBIO, a pedido da UCP, enviou uma comunicação alertando sobre os temas de elegibilidade e modalidades de contratação, lembrando as regras para garantir maior clareza e entendimento dos gestores das UCs do Programa ARPA.

Manoel Serrão (FUNBIO) afirma que as advertências e notificações demonstram a existência de mecanismos de controle, e que o FUNBIO acompanha todos os gastos realizados com qualquer recurso financeiro pelos gestores. Em um universo de 500 pessoas com diferentes origens e níveis de instrução, ele destaca o fator educativo das notificações, que são enviadas a todos os interessados.

Fábio Ribeiro informou que comunicações recentes foram realizadas para esclarecer questões de elegibilidade aos gestores. Ele destacou que a gerência ARPA no Funbio avalia casos de mau uso e interage com usuários antes de empreender esforço em advertências e que o programa promove capacitações presenciais, à distância e vai iniciar capacitações temáticas online para reduzir ocorrências.

II. Execução ARPA e Performance FT

Fábio Ribeiro apresentou os resultados da execução financeira até junho de 2024. O programa ARPA, registrou uma execução R\$ 29 milhões entre 01 de janeiro e 30 de junho de 2024, mantendo o mesmo valor do primeiro semestre de 2023, incluindo a execução de Planos Operativos (POs) anteriores. Para o PO 2024/2025, iniciado em janeiro de 2024, foram planejados R\$ 129,5 milhões, dos quais R\$ 35 milhões haviam sido solicitados, R\$ 22 milhões executados e R\$ 5 milhões comprometidos em contratos vigentes até 30/06/2024.

Em relação à performance do Fundo de Transição, Aylton Coelho, do FUNBIO, relatou que a carteira nacional obteve rentabilidade de 3,4% no ano até julho de 2024. Ele destacou que as taxas de juros elevadas têm beneficiado a carteira nacional, que representa 20% dos recursos do FT, garantindo a execução do programa por quatro anos, sem riscos cambiais ou de internalização. Aylton apresentou também a alocação da carteira nacional por classe de ativos, destacando o cumprimento do mandato em relação aos percentuais permitidos para cada tipo de investimento.

Em relação à carteira internacional, Aylton Coelho reportou que esta rendeu 7,77% líquido em 2024. Ele destacou que no final de 2023 foi realizado um balanço das carteiras, com internalização de USD 4 milhões para um ajuste da carteira local. Aylton também mencionou que a alocação de recursos no exterior é conduzida de forma mais agressiva, visando maiores taxas de retorno, com 62% investidos em ações, 28% em renda fixa, 2% outros ativos e 6% em "cash", aguardando movimentações no mercado para compra e venda de ativos. E encerrou a apresentação informando que a carteira local acumula um saldo de R\$ 143,1 milhões, enquanto a carteira internacional US\$ 98,9 milhões.

José Alentejano comentou que realizou reuniões recentes com os gestores das carteiras, durante as quais foram feitos ajustes táticos, ainda que pequenos, no portfólio. Esses ajustes visam aproveitar os deslocamentos recentes e aumentar o rendimento a longo prazo. Ele ressaltou que todas as premissas das políticas de investimento do FT, aprovadas pelo CFT, estão sendo cumpridas.

Ivan Simões, da Anglo American, questionou Alentejano em relação à necessidade de manutenção do percentual de 4% da carteira nacional investida em renda variável off. Alentejano e Aylton concordaram que não há necessidade estratégica e esclarecem que essa é uma alocação tática para diminuição da volatilidade do portfólio local.

III. Grupo de Trabalho ARPA Comunidades – Experiências Natura & Co

Gabriela Weber (Natura & Co) apresentou a evolução da estratégia da Natura na Amazônia. Entre 2000 e 2010, a empresa focou em pesquisa e desenvolvimento de cosméticos. A partir de 2011, com o Programa Natura Amazônia (PAM), a Natura passou a fortalecer os territórios locais e o abastecimento. Atualmente, a empresa está revisando o PAM para atualizar a estratégia de acordo com as mudanças e novas pressões na região.

Gabriela Weber também apresentou a visão da empresa para 2030 e as frentes de atuação da Gerência de Abastecimento e Relacionamento da Sociobiodiversidade (GRAS). Ela destacou o extrativismo como o modelo principal da cadeia de valor, mas mencionou que a Natura também trabalha com cadeias de sistemas agroflorestais e cultivos, embora com menor incidência. Na Amazônia, a Natura atua com 40 comunidades (via PAM), diretamente com 10.191 famílias dedicadas à produção da sociobiodiversidade.

Desde 2022, a Natura tem atuado no fortalecimento de cooperativas e associações na Amazônia por meio de dois instrumentos financeiros alinhados à mesma governança: um certificado de recebível de agronegócio e um Fundo Facilitador, ambos desenhados pelo Mecanismo Amazônia Viva. Esses instrumentos visam fornecer crédito e investimentos não reembolsáveis para apoiar o desenvolvimento das comunidades.

IV. Grupo de Trabalho ARPA Comunidades – Reporte de Avanços

Fernanda Marques, do FUNBIO, iniciou a apresentação sobre o tema ARPA Comunidades, relembrando o escopo, metas, componentes estratégicos e salvaguardas do programa. Ela apresentou o avanço no desenho de governança para construção da proposta, que envolve dois grupos de trabalho. O primeiro é o Comitê Estratégico, composto por MMA, ICMBio, WWF-Brasil, FUNBIO e WWF-US, com o objetivo de validar as estratégias e visões do programa. O segundo grupo é o Comitê Executivo, também formado pelo MMA, ICMBio, WWF-Brasil, FUNBIO e WWF-US, responsável por alinhar as contribuições dos grupos de trabalho específicos que abrangem as temáticas de Sociobioeconomia, Fortalecimento Organizacional, Energia & Conectividade, Criação de Áreas Protegidas, Governança e Modelo de Custos.

A apresentação foi concluída com a explanação das entregas necessárias para o Programa ARPA Comunidades: Plano de Conservação, Modelo de Custos, Modelo de Governança, Condições de Fechamento e Desembolso, além do Manual Operacional (MOP). Também foi apresentado o cronograma de ações, com a expectativa de finalizar a primeira versão do MOP em dezembro de 2024.

Mariana Napolitano (WWF-Brasil) destacou que estão aproveitando eventos internacionais para reforçar a agenda do programa, além de oferecer ao governo oportunidades para apresentar o programa, receber feedbacks e continuar o processo de engajamento de novos doadores. Ela mencionou momentos como a Assembleia Geral das Nações Unidas em Nova York e a COP de Biodiversidade em Cali como plataformas para ampliar o alcance. Ela também mencionou a previsão de consultas e colaborações com atores e parceiros locais.

Fernanda Marques informou que estão trabalhando com um horizonte de quinze anos e que há uma preocupação em integrar os objetivos das unidades de conservação, assegurando que esses objetivos sejam cumpridos. Durante as discussões com a Secretaria de Bioeconomia e com organizações atuantes na Amazônia, foram identificadas diferentes estratégias, inclusive para lidar com gargalos logísticos. Essas estratégias destacam a necessidade de investimento e incremento de hubs de distribuição

Avecita Chicchón (Moore) pergunta sobre o desenho do programa no que se refere ao investimento em infraestrutura, quantas pessoas serão beneficiadas, como está sendo pensada a diversidade de arranjos e comunidade e como estes estão sendo ouvidos na concepção do projeto.

Fernanda informou que representantes de cooperativas e associações que representam as comunidades estão sendo incluídos no processo de construção do projeto, concordando que esse é um grande desafio. Acrescentou que está prevista a identificação e elaboração de uma matriz das comunidades, associações e empreendimentos beneficiários.

Manoel Serrão (FUNBIO) informou que o cadastramento e identificação das comunidades e seus aspectos sociais nas UCs ARPA está sendo conduzido pelo ICMBio. Ele mencionou que 128

organizações e associações produtivas da região amazônica manifestaram interesse, no âmbito da construção do Programa Copaíbas, sendo classificadas de acordo com o volume de produção e o nível de organização. O objetivo é utilizar essa matriz para construir uma régua de investimento que considere a maturidade de gestão dessas organizações. Ele concluiu que essa abordagem se baseia na experiência do FUNBIO, WWF-Brasil e outros parceiros, e será ajustada e calibrada ao longo do tempo.

Avecita Chicchón sugeriu a realização de uma consulta extensiva para ouvir diretamente os beneficiários e entender suas necessidades e desejos. Rita Mesquita abordou a diversidade sociocultural e a proteção do território sob a perspectiva da natureza. Ela também discutiu a importância da inovação, destacando a necessidade de preparar comunidades e jovens para o futuro. Rita mencionou o uso de tecnologias sociais e a integração do pensamento sobre a natureza como um negócio.

Fernanda Marques informa que a inclusão desses tópicos foi proposta e amplamente discutida nas oficinas. Rita Mesquita sugere que esses temas deveriam ser um dos componentes do programa.

Paulo Carneiro fez ressalva sobre o plano de manejo das UCs como importante instrumento na formalização e apoio do Programa para as UCs.

Rosa Lemos falou da necessidade de um plano de repartição dos benefícios gerados pelos projetos da sociobiodiversidade apoiados pelo Programa.

Manoel Serrão destacou que o ARPA Comunidades se diferencia por seu horizonte de 15 anos e a capacidade de distribuir investimentos e resultados ao longo do tempo, algo inédito na Amazônia. Ele comparou com iniciativas anteriores, como o PDA e o PROAMBIENTE, que não tiveram tempo suficiente para consolidar seus investimentos. Ele também lembrou a apresentação da Natura, com o conceito iniciado em 2011 e em execução desde 2014. Concluiu que o ARPA Comunidades terá de calibrar as ambições do programa e das comunidades ao longo do tempo.

V. Grupo de Trabalho de Sustentabilidade Financeira

Manoel Serrão (FUNBIO) iniciou sua apresentação sobre sustentabilidade financeira lembrando que foi incorporada a expectativa de implementar novos mecanismos financeiros, fundamentais para assegurar a contrapartida prevista pelos estados. No entanto, observou que iniciativas anteriores com os estados (p. ex. PA, AP e RO) não geraram resultados significativos. Ele mencionou que o GT está revisando a estratégia e reconhece que os órgãos estaduais possuem poucas UCs do programa, o que reduz a motivação para discutir sustentabilidade financeira. Manoel sugeriu que o tema seja abordado na próxima reunião do CFT.

Rita Mesquita (UCP/MMA) destacou a regulamentação dos artigos 47 e 48 do SNUC e a Convenção sobre Espécies Migratórias em 2026 como oportunidades para investimentos oriundos de infraestruturas como eólicas. Ela enfatizou a necessidade de um plano claro, considerando a complexidade das negociações.

Manoel concordou com Rita, e alertou para o risco de que negociações sobre fontes permanentes de recursos não sejam usadas para enfraquecer processos de licenciamento. Ele mencionou que há uma estrutura viária planejada para a Amazônia e o potencial do pré-sal, que inclui dispositivos para garantir a proteção das UCs. No entanto, destacou que ainda há questões a serem resolvidas sobre os royalties e afirmou que é necessário fazer o alinhamento entre o FUNBIO e a DAP/MMA para entender a disposição política do governo.

Encaminhamento 3: Avanços do GT sustentabilidade Financeira do Programa ARPA deverão ser pautados na próxima reunião do CFT.

VI. Proposta do BID de Adoção de Novas UCs nos Eixos do PAC Infraestrutura de Transição

Rosa Lemos relatou a proposta do BID para o financiamento de áreas protegidas em regiões específicas na Amazônia, ligadas aos eixos do PAC Infraestrutura.

Paulo Carneiro (ICMBio) comentou sobre as dificuldades associadas às salvaguardas do BID, que podem inviabilizar o apoio a áreas estratégicas. Rita Mesquita (UCP/MMA) destacou a necessidade de aprimorar a gestão e critérios, mas sem comprometer as oportunidades políticas disponíveis apartando dos projetos áreas e oportunidades estratégicas.

Avecita Chicchón (Moore) comenta a necessidade de conversar com os países vizinhos, tendo em vista a construção de um porto chinês em Chancay, no Peru, com previsão de conclusão em 2031, e também planejam construir estradas que cruzarão a região em direção ao porto. Essas estradas poderão gerar pressões que colocarão em risco os investimentos do ARPA e dificultando a percepção dos benefícios esperados com a implantação do ARPA Comunidades. Rita Mesquita (UCP/MMA) destacou que há licenças paralisadas devido aos possíveis impactos dos empreendimentos do PAC. Ela também ressaltou a importância de verificar a estratégia de implementação e os impactos associados às estradas/rodovias para as UCs já apoiadas pelo Programa ARPA.

Rosa mencionou que, em conversa com Rita Mesquita da UCP/MMA, foi sugerido que o assunto fosse levado ao conhecimento da ministra devido ao viés político envolvido na criação de áreas protegidas. Até que haja uma posição política clara, o FUNBIO não se manifestará sobre a proposta.

VII. Proposta Fundo Amazônia – Atualização de Status

Fernanda Marques fez um resgate do histórico da submissão da proposta ao Fundo Amazônia (FA), condicionante para a liberação do 3º desembolso, de USD 10 milhões, do Projeto Paisagens Sustentáveis da Amazônia. A primeira versão da proposta foi submetida em outubro de 2018, com posterior paralização do Fundo por 4 anos. Com a reestruturação do FA, foi realizada em julho de 2023 a 2ª submissão da proposta, com escopo revisado. O BNDES interagiu pela primeira vez em dezembro de 2023. A pedido do BNDES, a proposta foi apresentada à subcomissão do PPCDAm em março de 2024, e re-submetida em abril de 2024. Rosa Lemos destacou que a proposta foi muito elogiada pela subcomissão, e que o ARPA foi reconhecido como um marco histórico para a implementação do PPCDAm.

Após a apresentação ao PPCDAm, houve reuniões com o BNDES para esclarecer questionamentos jurídicos, e a proposta segue em análise. Uma primeira extensão de prazo para o contrato do FUNBIO com o Banco Mundial (BM) já havia sido aprovada, com previsão de encerramento do mesmo em outubro de 2024. Com a continuidade das análises, foi acordado em julho de 2024 entre FUNBIO, MMA e Banco Mundial, um novo pedido de extensão do prazo do contrato, tendo em vista um horizonte até março de 2026. O pedido foi elaborado e enviado para endosso do MMA.

Fernanda finalizou a apresentação destacando os próximos passos, que envolvem o endosso do MMA para o pedido de extensão de prazo para o contato com o BM, o alinhamento sobre aspectos jurídicos entre MMA e BNDES, o agendamento de nova reunião de esclarecimentos com o BNDES para avaliação técnica da proposta e a expectativa de aprovação da proposta e desembolso até março de 2026.

Rita Mesquita informou que assinou a carta de endosso para a extensão de prazo do contrato FUNBIO/BM. Julia Zapata mencionou que o jurídico do MMA considera que os questionamentos levantados pelo jurídico do BNDES devem ser um problema de fácil solução, e que a próxima reunião técnica está sendo adiada para garantir que os entendimentos jurídicos estejam devidamente alinhados.

Paulo Carneiro, do ICMBio, mencionou a estratégia de exclusão do recurso de Proteção do ARPA deste PO com a perspectiva de utilização dos recursos do projeto POP ICMBio Proteção. Ele também destacou a relevância do recurso para o eixo da BR-163 e da necessidade de garantir esse financiamento.

VIII. Inclusão de Novas UCs no Programa

Fernanda Marques (FUNBIO) apresentou o resultado da avaliação da capacidade do Fundo de Transição, no que diz respeito à capacidade financeira de absorção de novas UCs no Programa ARPA. Fernanda resgatou os objetivos e fatores relevantes no que se refere à modelagem de custos do programa ARPA, lembrando que a base de custos sofreu revisão em 2023.

Fernanda apresentou as simulações realizadas pelo gestor de ativos do Fundo, que estimam o incremento dos custos de acordo com três cenários construídos com base nos dados modelados pelo MMA e apresentados em março de 2024, na 1ª reunião ordinária do CFT. O primeiro cenário simulado representa a linha de base, e resultou em um custo previsto de R\$ 658,2 milhões. Esse cenário considerou as 120 UCs atualmente apoiadas pelo Programa com a inclusão do MR operacionalização para as UCs REBIO Manicoré e PARNA do Acari, além de uma atualização parcial no plano de consolidação e cobertura de 100% dos custos de revisão de planos de manejo das UCs. O segundo cenário simulado considerou o ingresso de 12 UCs novas no Programa, além da linha de base, e resultou em um custo estimado de R\$ 746,6 milhões para o FT até 2039. O terceiro cenário simulado considerou a metade do custo das 12 UCs (até 6 UCs), além do cenário linha de base, resultando numa estimativa de custo total de R\$ 698,7 milhões.

Esses valores foram comparados com os R\$ 584,9 milhões da revisão da base de custos aprovada pelo CFT em março de 2023. Com base nos custos estimados e no limite de tolerância de risco para o FT, fixado em 15% na última revisão do modelo de custos em março de 2023, as simulações incluindo a entrada de 12 e 6 UCs no programa ARPA indicaram um risco superior a 15% de falta de recursos até 2039. Considerando o percentual de limite de risco do FT, foi estimado que o desembolso total máximo não deve ultrapassar R\$ 676 milhões.

Fernanda concluiu afirmando que, estatisticamente, o Fundo de Transição (FT) teria a capacidade de absorver custos adicionais decorrentes da inclusão de novas Unidades de Conservação (UCs), respeitando o limite de risco de 15% estabelecido pelo CFT. Isso seria viável desde que o aporte do GEF ocorra até 2026, os compromissos assumidos pelos Órgãos Gestores (OGs), incluindo contrapartidas e novas fontes de recursos, sejam alcançados, o fluxo de desembolso do FT não sofra antecipações, e o desembolso total não ultrapasse R\$ 676 milhões.

Paulo Carneiro mencionou o aumento crescente da contrapartida do ICMBio e destacou a necessidade de concentrar a contrapartida dentro dos marcos referenciais do ARPA. Júlia observou que o orçamento governamental não tem acompanhado o crescimento dos processos de criação de UCs, ressaltando que a demanda por novas UCs é uma realidade posta e de responsabilidade tanto dos OGs estaduais quanto federais.

Fernanda Marques destacou a importância de consolidar as UCs e considerar esse fator no processo de planejamento e execução do programa, para não gastar o pacote de recurso necessário para a consolidação duas vezes.

Manoel Serrão sugere que adiar a decisão de aumentar o número de UCs pode ser uma estratégia mais vantajosa economicamente, mencionando que a introdução do ARPA Comunidades no cenário poderia contribuir para criar um ambiente mais favorável para essa tomada de decisão.

Meg Symington (WWF-US) destacou que as análises reforçam a robustez do modelo financeiro do Programa, permitindo ajustes no escopo, mas com limites.

José Alentejano concluiu que é possível adiar essa decisão, pelo menos até o desembolso dos USD 10 milhões do GEF, previsto para ocorrer até 2026. Rita Mesquita concordou com a decisão e destacou que a questão dos marcos referenciais precisa ser revisada.

Deliberação 1: A inclusão de novas UCs no programa será discutida em 2026, após a realização do desembolso do GEF.

IX. GT ARPA Comunicação ARPA - Reporte de Avanços

Julia Zapata (DAP/MMA) apresentou os avanços do Grupo de Trabalho de Comunicação do ARPA e informou sobre o envio do Termo de Referência (TDR) para a contratação de um serviço de comunicação, incluindo uma breve descrição da proposta contida no TDR, que visa a desenhar uma estratégia de comunicação do Programa até 2026.

José Alentejano afirmou que esperava ter um plano de comunicação do programa até o fim do ano para promover o ARPA. Meg Symington (WWF-US) questionou sobre a duração da proposta de trabalho contida no TDR, destacando que, segundo o entendimento dos doadores, haveria apoio para desenvolver um plano de comunicação para seis meses.

Ivan Simões e AVECITA Chicchón argumentaram sobre o público-alvo do plano de comunicação, ressaltando que, como a estratégia visa atingir diferentes stakeholders, é essencial definir desde o início o que se deseja comunicar. Ivan destacou o papel das comunidades no entorno do Programa e a necessidade de conhecerem o mesmo, assim como a relevância de comunicar com corpos diplomáticos que estarão no Brasil na Conferência do Clima, por exemplo.

Julia Zapata (UCP/MMA) esclareceu que a intenção era realizar uma contratação de curta duração para desenvolver uma estratégia de comunicação direcionada a cada público-alvo. Esses públicos serão definidos e discutidos ao longo do processo da elaboração do plano de comunicação.

José Alentejano questiona a decisão de contratar uma pessoa física para realizar o serviço, sugerindo que seria mais apropriado contratar uma empresa especializada. Carola Griebenow (KfW) pergunta se essa escolha foi influenciada por questões de custo e tempo, e expressa preocupação com a seleção dos prestadores baseada apenas na análise curricular. Fábio Ribeiro (FUNBIO) esclareceu que o processo de contratação de consultoria leva, em média, dois meses e explicou o que diferencia o processo de contratação de serviços de consultoria de pessoa física e pessoa jurídica.

Rita Mesquita e Julia Zapata reconhecem que o TDR atual inclui atividades projetadas para uma contratação mais extensa. Para atender à necessidade de avanço por etapas, propõe uma revisão do TDR para que ele contemple exclusivamente as atividades da fase de construção do plano de comunicação.

Rosa Lemos sugere que o FUNBIO e WWF apoiem a elaboração de um novo TDR com base no TDR elaborado previamente pelo MMA. Esse novo TDR ajustado deve ser submetido à Unidade de Coordenação do Programa para aprovação.

Encaminhamento 4: FUNBIO e WWF devem elaborar minuta de TDR para contratação do Plano de Comunicação do Programa, a ser submetido à UCP para aprovação.

Encaminhamento 5: O GT de Comunicação deve revisar e submeter ao CFT a proposta de TDR para a contratação do serviço de elaboração do plano de comunicação do programa ARPA.

Julia Zapata lembrou os 10 anos do Monitora, o que iniciou uma discussão sobre a comunicação do programa ARPA na COP da Biodiversidade em Cali, na Colômbia. Foi levantada a proposta de dedicar um espaço para o ARPA no espaço do Brasil na COP.

Mariana Napolitano (WWF-Brasil) mencionou que o WWF vem discutindo uma participação do ARPA na COP de Biodiversidade mais direcionado ao ARPA Comunidades, mas considera válido incluir informações sobre o ARPA de maneira mais ampla. Ela menciona que está sendo discutido um seminário para comemorar os 10 anos do Monitora em novembro, o que permitirá analisar os resultados do ARPA em relação ao Monitora. Mariana pergunta a Paulo Carneiro e Júlia Zapata se seria possível preparar algum material para levar à COP de Cali. Paulo Carneiro, do ICMBio, responde que há um recorte do Monitora, porém Mariana sugere que, para demonstrar o esforço de forma mais completa, seria ideal apresentar resultados e impactos, como tendências populacionais.

Encaminhamento 6: O ICMBio, MMA e WWF elaborarão uma proposta temática que inclua divulgação de dados do Monitora, com foco em análises de impacto do ARPA, a ser levada para a COP de Cali em outubro de 2024.

X. Informe sobre o PE Cristalino II

Fábio Ribeiro informou que, em reunião com a equipe do Mato Grosso sobre ajustes no contrato de revisão do Plano de Manejo dos Parques Estaduais Cristalino I e II, a SEMA-MT propôs um aditivo para incluir um estudo fundiário, visando subsidiar uma possível desafetação da área de conflito em resposta à anulação do processo de criação do Parque Cristalino II. O FUNBIO rejeitou a proposta da SEMA por não estar alinhada com os objetivos do Programa. Na mesma reunião a SEMA-MT informou ao FUNBIO que uma audiência de conciliação estava prevista para julho, mas ainda não ocorreu, sem nova data agendada. Devido à proximidade do período eleitoral, a expectativa é que a audiência não ocorra até o fim do ano. Enquanto isso, o decreto de criação segue vigente, o contrato está paralisado, mas o apoio à UC via ARPA permanece.

Clarissa Pimenta (FUNBIO) destacou que a desafetação proposta pode impactar uma pré-condição de desembolso do programa, que preconiza a inexistência de perda líquida de áreas, o que pode inviabilizar o desembolso para todo o Programa. Fábio Ribeiro acrescentou que, apesar da discordância do FUNBIO, a SEMA-MT informou que a recomendação técnica do OG ao Estado foi a proposta de desafetação.

Julia Zapata (UCP/MMA) mencionou que a solução da SEMA-MT não foi apresentada à UCP, mas que a questão tem sido acompanhada devido ao impacto potencial no programa ARPA.

Rita Mesquita reforçou a necessidade de mais informações para levar a questão à Ministra, visto que a perda de área não é do interesse do programa ou do governo.

Mariana alertou para o debate jurídico em torno da constitucionalidade da redução de unidades de conservação via câmara de conciliação, lembrando que UCs são criadas por lei e devem ser modificadas da mesma forma. Também destacou o acompanhamento de um projeto de lei aprovado em julho que propõe a redução da área do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque.

Paulo Carneiro (ICMBio) lembrou da decisão do STF que proíbe a redução de UCs por medida provisória, sugerindo que essa decisão seja contestada judicialmente.

XI. Assuntos Gerais

Fábio Ribeiro informou que seis dos oito relatórios de auditoria das UCs estão prontos e serão compartilhados por e-mail na próxima semana. Ele também mencionou que o FUNBIO está conduzindo o processo de contratação da empresa que realizará a auditoria do ciclo de 2023, que incluirá uma validação do status de consolidação das UCs.

Julia Zapata solicitou acesso ao TDR, considerando que haverá uma avaliação do status da FAUC. Fábio sugeriu uma reunião para alinhar esses pontos.

XII. Deliberações

Ponto de Pauta	Deliberações
Inclusão de Novas UCs no Programa	Deliberação 1. A inclusão de novas UCs no programa será discutida em 2026, após a realização do desembolso do GEF.

XIII. Encaminhamentos

Ponto de Pauta	Encaminhamentos	Responsáveis
Apresentações, agenda do dia e revisão dos encaminhamentos e deliberações da última reunião	Encaminhamento 1. O Grupo de Trabalho sobre Mudanças Climáticas, liderado pelo MMA/UCP e composto por representantes do ICMBio, WWF e FUNBIO, terá o FUNBIO como facilitador, responsável por apoiar a implementação do cronograma definido pelo GT.	MMA / UCP/ WWF- Brasil e FUNBIO
	Encaminhamento 2. Funbio revisará a redação do encaminhamento da reunião de 20/03/2024 sobre a restauração do Painel Científico de Aconselhamento (PCA) e enviará para avaliação da UCP.	FUNBIO / MMA
GT de Sustentabilidade Financeira	Encaminhamento 3. Avanços do GT sustentabilidade Financeira do Programa ARPA deverão ser pautados na próxima reunião do CFT.	FUNBIO/MMA/WWF
GT ARPA Comunicação ARPA - Reporte de Avanços	Encaminhamento 4: FUNBIO e WWF devem elaborar minuta de TDR para contratação do Plano de Comunicação do Programa, e este deve ser submetido à UCP para aprovação.	FUNBIO/WWF
	Encaminhamento 5: O GT de Comunicação deve revisar e submeter ao CFT a proposta de TDR para a contratação do serviço de elaboração do plano de comunicação do programa ARPA.	GT de Comunicação
	Encaminhamento 6: O ICMBio, MMA e WWF deverão elaborar uma proposta temática que inclua divulgação de dados do Monitora, com foco em análises de impacto no ARPA, a ser levada para a COP de Cali em outubro de 2024.	WWF / ICMBio e MMA

XIV. ASSINATURAS

13 de agosto de 2024.

MEMBROS CFT DOADORES INSTITUCIONAIS:

José Augusto Alentejano

WWF/Brasil

Avecita Chicchon

Gordon and Betty Moore Foundation

Meg Symington

WWF/US

Carola Griebenow

KfW

Ivan Simões

Anglo American

MEMBROS CFT DOADORES INDIVÍDUO:

Gabriela Weber

Natura Co.

MEMBRO CFT DO GOVERNO BRASILEIRO

Rita Mesquita

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

SECRETARIA EXECUTIVA CFT:

Rosa Lemos de Sá

Secretaria Geral / FUNBIO